



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

**POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Noaba Maria Paim Golin

SÃO GABRIEL, RS, Brasil

2010

**POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

por

Noaba Maria Paim Golin

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

**SÃO GABRIEL, RS, Brasil
2010**

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de
Especialização

POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA

elaborado por
Noaba Maria Paim Golin

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Andréa Tonini
(Presidente/Orientador)

Amara Lúcia Holanda Tavares Battistel
(Parecerista)

Aline Verardo Corrêa
(Parecerista)

SÃO GABRIEL, RS, Brasil
2010

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

AUTOR: NOABA MARIA PAIM GOLIN
ORIENTADOR: ANDRÉA TONINI
SÃO GABRIEL

O presente artigo propõe fazer uma reflexão sobre a atuação dos professores na educação inclusiva, e também, contempla questões sobre a escola inclusiva na diversidade, seus enfoques teóricos e legais, entendendo-o como imprescindível ao desenvolvimento dos sujeitos que apresentam necessidades especiais. A metodologia utilizada para a elaboração do referido artigo é a pesquisa bibliográfica embasada em documentos já editados sobre o assunto. O tema formação de professores em educação inclusiva delineou-se em torno das muitas inquietações vividas por mim enquanto vice-diretora de uma escola inclusiva, com vários alunos com necessidades educacionais especiais, como a deficiência mental. Além da falta de apoio de profissionais especializados e despreparo dos professores que acompanham a prática inclusiva. Portanto, pergunta-se se uma nova política de formação de professores faria a diferença na efetivação do comprometimento para uma educação inclusiva? Assim, objetiva-se buscar a compreensão da necessidade de uma política voltada para a formação de professores que atuam na educação inclusiva. Entendendo que as discussões da reforma do ensino se encontram no viés da atuação e da formação dos professores, é necessário então, promover prática concreta, mobilidade na dinâmica do saber e do fazer, sustentar um plano educacional compartilhado e reposicionamentos sociais e éticos, pesquisas, cursos e relação teórico-prática, abordando questões sobre a escolarização inclusiva. Essa visão integrada do processo de educação inclusiva na diversidade de seus enfoques teóricos e legais entende-se como imprescindível ao desenvolvimento dos sujeitos que apresentam necessidades especiais, como seres únicos, em suas formas de sentir, pensar e agir. É fundamental a preparação dos professores no que tange uma formação continuada assentada em práticas concretas e informações significativas de aprender sempre a partir dos encadeamentos de formação e de trabalho.

Palavras - chaves: Prática Pedagógica. Educação Inclusiva. Formação.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	03
2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO	06
3. REFERÊNCIAL TEÓRICO	07
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
5. REFERÊNCIAS	19

1. APRESENTAÇÃO

O presente artigo propõe fazer uma reflexão sobre a atuação dos professores na educação inclusiva, e também, contempla questões sobre a escola inclusiva na diversidade, seus enfoques teóricos e legais, entendendo-o como imprescindível ao desenvolvimento dos sujeitos que apresentam necessidades especiais. A metodologia utilizada para a elaboração do referido artigo é a pesquisa bibliográfica.

O tema formação de professores em educação inclusiva delineou-se em torno das muitas inquietações vividas por mim enquanto vice-diretora de uma escola inclusiva, que possui vários alunos com necessidades educacionais especiais, principalmente a deficiência mental. Além da falta de apoio de profissionais especializados e do despreparo dos professores que acompanham a prática inclusiva.

A proposta desafiadora da temática inclusão, assegurada pela LDBEN 9394/96 e por um conjunto de leis, diretrizes e orientações oficiais que compõem a reforma da educação, confronta-se com a realidade das escolas regulares onde os professores foram preparados para outro tipo de currículo, conteúdo e metodologia.

Entendendo que as discussões da reforma do ensino se encontram no viés da atuação e da formação dos professores, é necessário então, promover prática concreta, mobilidade na dinâmica do saber e do fazer, sustentar um plano educacional compartilhado e reposicionamentos sociais e éticos, pesquisas, cursos e relação teórico-prática, abordando questões sobre a escolarização inclusiva.

Essa visão integrada do processo de educação inclusiva na diversidade de seus enfoques teóricos e legais entende-se como imprescindível ao desenvolvimento dos sujeitos que apresentam necessidades especiais, como seres únicos, em suas formas de sentir, pensar e agir.

Diante das dificuldades implicadas nesse processo e principalmente com a pressão do imperativo discurso da inclusão, percebe-se a importância e a emergência significativa da preparação dos professores. Isso implica uma jornada com um propósito de impulsionar e ampliar oportunidades nos espaços educativos, bem como em ofertas de escolas inclusivas que tenham interesse de fomentar o respeito mútuo.

Com base na realidade atual, nos confrontamos com a falta de formação de professores que mesmo tendo boa vontade e interesse não se sentem preparados para acolher alunos com necessidades especiais nas classes comuns do ensino regular. Bem como, que tenham interesse em fomentar o respeito mútuo, reconhecendo e respondendo às diversas dificuldades de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem, assegurando e provendo uma educação de qualidade para todos, mediante currículos apropriados, modificações organizacionais de ensino, recursos e parcerias com suas comunidades. Isso implica, ainda, um esforço para a atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino seja adaptado à diversidade e às ações pedagógicas dos aprendizes.

Cabe então, à educação organizar espaços e tempos para uma formação plena, calcada nos valores teórico-práticos. Importa nesse momento histórico da inclusão, além da formação de professores, que os mesmos se comprometam com sua função social e ética e com um desenvolvimento profissional reflexivo sendo capaz de introduzir novas idéias, novas práticas. Dessa forma, numa escola inclusiva o repertório de cada professor é considerado um recurso rico para trocas de experiências com o objetivo de aperfeiçoamento da prática docente de todos os envolvidos.

Entende-se que dentre as inúmeras mudanças adotadas na remoção das barreiras na inclusão, a escola deve também aperfeiçoar a sua ação pedagógica, sem considerar a Educação Especial uma parte separada da Educação.

Portanto, o presente artigo tem o objetivo de contemplar questões pertinentes à educação inclusiva, uma vez que é um movimento mundial e uma jornada que envolve escolas, professores e comunidade. Recusando desse modo os processos de exclusão, segregação e ampliando espaços educativos que auxiliem alunos com diferentes ritmos, capacidades e necessidades, exercendo plenamente a cidadania.

É fundamental a preparação dos professores no que tange uma formação continuada assentada em práticas concretas e informações significativas de aprender sempre a partir dos encadeamentos de formação e de trabalho.

Com a inserção de alunos na educação inclusiva, vislumbra-se refletir a temática da formação de professores e da preparação destes para acolher alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns de escolas regulares.

Portanto, pergunta-se se uma nova política de formação de professores faria a diferença na efetivação do comprometimento para uma educação inclusiva?

Assim, objetiva-se buscar a compreensão da necessidade de uma política voltada para a formação de professores que atuam na educação inclusiva

É nesse discurso que se insere os professores da Escola onde atuo como vice-diretora. Na escola dita inclusiva, freqüentam a classe regular, alunos com necessidades educacionais especiais, da educação infantil a 5ª série. Alunos com baixa visão, com deficiência mental (DM), com deficiência auditiva (DA), com síndrome do pânico, com esquizofrenia e os ditos normais com sérios problemas de conduta.

O que na realidade acontece é que existem professores despreparados para lidar com a diversidade e as diferenças de aprendizagem de seus alunos.

2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO

Para Zamboni (2006, p. 51) pesquisa “é a busca sistemática de soluções, com o fim de descobrir ou estabelecer fatos ou princípios relativos a qualquer área do conhecimento humano”. Norteada por este pensamento a pesquisa realizada para compor este trabalho, quanto à natureza, são de conhecimentos teóricos. Quanto aos procedimentos técnicos a pesquisa pode ser bibliográfica, que segundo Leal e Souza (2006, p. 23) “é aquela elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente em material disponibilizado na Internet”.

Então, o presente artigo propõe especialmente fazer uma reflexão a partir da análise e compreensão, que a literatura apresenta sobre formação de professores e as práticas pedagógicas de ensino para alunos com necessidades educacionais especiais.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A formação profissional inclusiva deve acontecer de forma contínua, priorizando o desejo do educador em desenvolver um trabalho com os alunos, respeitando suas limitações no processo de aprendizagem e buscando informações que irão subsidiar sua prática pedagógica e refletindo sobre a mesma com vistas a responder às diversidades existentes nas salas de aula.

Para a realização da formação continuada de professores inclusivos a escola deve dispor de um número suficiente de horas para esse trabalho no planejamento anual e calendário escolar, pois assim será possível prever durante o ano letivo o tempo indispensável para a atualização teórica, o estudo e discussão dos casos.

De acordo com Sá-Chaves (2001, p. 89) a formação do educador inclusivo está ligada:

[...] à reflexão pessoal e coletiva, enquanto processo e instrumento de conscientização progressiva, de desenvolvimento continuado e partilhado, de persistência na investigação constante, enquanto fontes de novos informes, de crenças, de algum modo sublime, na hipótese de o homem vir a descobrir-se e a encontrar-se com a sua própria humanidade.

Portanto, à escola enquanto formadora de cidadãos, no contexto social, demanda novas produções em educação para que contribuam essencialmente na formação de um novo tipo de professor e, conseqüentemente, na sua prática. Sendo assim, para a implantação da educação inclusiva, faz-se necessário uma nova dimensão do papel do professor. Assim, tanto a formação inicial, quanto à continuada, vão a procura de estudos com o propósito de reestruturar e, até mesmo edificar processos de formação do professor, compatíveis com novos tempos.

Na questão da formação de professores inclusivos o diálogo poderá consolidar/integrar saberes, sensibilidade e intencionalidade que emergem da prática educacional onde o repertório de cada professor é considerado um recurso rico para trocas de experiências com o objetivo de aperfeiçoamento da prática docente de todos os envolvidos, com vistas a responder à diversidade existente nas salas de aula.

Diante dessas circunstâncias a formação vai além dos aspectos instrumentais, pois há exercícios constantes de reflexão do questionamento da

própria prática em busca de caminhos pedagógicos da inclusão e, ainda o compartilhamento de idéias e ações das experiências concretas.

Num primeiro momento, a nova perspectiva da diversidade no âmbito da educação inclusiva, progressivamente, foi expandindo-se em todo o contexto educativo como tentativa de que a educação de qualidade alcançasse a todos.

Considerando os paradigmas da inclusão a perspectiva é a garantia do acesso à educação, a melhoria das condições de aprendizagem e a participação de todos os alunos. Destaca-se então, a política de Inclusão Educacional do Ministério da Educação, fundamentada no princípio de atenção à diversidade e na educação de qualidade para todos e enfatiza que para avançar no processo de inclusão educacional é necessário que os sistemas educacionais organizem projetos pedagógicos voltados para a atenção às especificidades dos alunos.

Para tal, a educação inclusiva pressupõe a formação docente e a organização das escolas para garantia do direito de todos a educação. Observa-se então, que professores e gestores procuram elevar a qualidade da educação inclusiva redimensionando a visão tradicional de sistemas paralelos da educação especial e ensino regular.

Partindo desse pressuposto, observa-se que todos os membros da escola, requerem ajuda. A responsabilidade de dar e receber apoio nos remete ao respeito de confiabilidade e segurança no desempenho do auxílio mútuo tão necessário para desenvolver habilidades, contribuindo assim, para o bem estar de todos os envolvidos no processo escolar.

Com muita freqüência as diferenças entre alunos são vistas como um problema e sabe-se que é uma visão inconveniente e prejudicial ao processo de aprendizagem e que o processo promove valores e oportunidades inclusivas para todos os alunos.

Entendendo que a inclusão defende uma educação eficaz para todos e que as escolas devem satisfazer as necessidades educacionais dos alunos, sejam quais forem as suas características pessoais, psicológicas ou sociais, os professores não devem só levar em conta as capacidades intelectuais e os conhecimentos dos alunos, mas seus interesses e suas motivações e seu tempo.

Nessa perspectiva a escola visa à melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem, bem como ao desenvolvimento e à socialização dos alunos que a

freqüentam. A educação de crianças com necessidades especiais requer ações especializadas da escola e dos professores, simultâneas ao emprego de alternativas e procedimentos pedagógicos variados sempre abertos para novas experiências.

A participação do aluno, a interação e a aprendizagem interdependente são o foco principal do saber fazer. Os recursos e as técnicas para fornecer informações e dirigir o currículo e conteúdos de uma maneira que os alunos tenham não somente as habilidades e as oportunidades, mas também a motivação e o foco para dirigirem as suas necessidades de aprendizagem, são os desafios dos professores.

Então, os professores necessitam ser cada vez mais capazes de achar alternativas frente às habilidades básicas tradicionais e recursos disponíveis, para atender às necessidades originais de cada um dos seus alunos dentro da sala de aula.

O educador inserido no contexto da inclusão passa a ter como objetivo um conhecimento adequado para assumir uma postura relevante na construção de um novo paradigma, que destaque a valorização específica do ser como um todo fortalecendo experiências e oportunizando a construção de um fazer inclusivo, por meio de uma formação contínua, teórica e prática.

Segundo Mercado (1999, p. 100), a formação necessária de um professor demanda:

Busca por novos conhecimentos utilizando-se de recursos tecnológicos nas atividades educacionais; Formação continuada; Valorização da interação e da aprendizagem colaborativa; reflexão crítica e elaboração de pensamento autônomo; Valorização da prática pedagógica docente como fonte de reflexões, de pesquisa e de conhecimento.

Assim como a vida, as escolas e salas de aula são muito complexas. Até certo ponto, o professor sempre foi visto como a fonte e o distribuidor do conhecimento, porém isso não tem mais lugar na nossa sociedade. As mudanças estão acontecendo cada dia mais, isso implica ainda, um esforço para a atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino seja adaptado, ampliando os espaços educativos.

Professores do ensino regular afirmam que ainda não estão preparados para receber alunos com necessidades educacionais especiais em sala de aula. Pesquisas recentes vêm indicando que esses alunos vivenciam processos cognitivos

semelhantes aos das crianças ditas normais, embora o ritmo da aprendizagem dos alunos com deficiência se diferencie por requerer um período mais longo para a aquisição do conhecimento.

O atendimento de alunos inclusivos na escola regular é obrigatoriedade legal, apesar de ainda encontrar grande resistência pelos gestores, comunidade escolar e até mesmo pelos professores. Esse fato constata-se pela falta de conhecimento e despreparo dos órgãos responsáveis pelo sistema de ensino da escola.

Embora a Constituição Federal estabeleça como fundamentos da república a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º inc. II, e III), e como um de seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e credo, também preconiza o direito à igualdade (art. 5º) e a educação para todos indistintamente. Esses direitos devem visar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205).

Além disso, determina como um dos princípios para o ensino:

[...] a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, inc. I) acrescentando que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística segundo a capacidade de cada um (art. 208, V).

Portanto, a constituição garante a todos, educação e acesso à escola. Embora a educação especial tenha o amparo da referida lei, ressaltando mais uma vez a LDBEN nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu capítulo V, Da Educação Especial, art. 58: “Entende-se por educação especial, para os efeitos dessa Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades educacionais especiais”.

Entende-se, portanto, que o aluno precisa receber um ensino especializado dentro do contexto regular de ensino. O processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais causa extremas mudanças e, por vezes, para alguns, desconforto na sala de aula.

Ercolin (2003, p. 01) descreve a situação da educação Inclusiva no Brasil:

Escolas e espaços deveriam ser adaptados, professores capacitados e este processo vêm se desenvolvendo lentamente. Dados do Censo 2000 mostram que 24% dos alunos portadores de deficiência, freqüentam classes comuns em escolas regulares e 75, 3 % em escolas especiais e classes especiais. A lei é importante no sentido de garantir um direito, porém e trabalho com professores no sentido de se informarem, capacitarem-se e acolherem a todos os alunos.

Verifica-se a partir do texto acima o relato de uma das principais dificuldades de implantar com eficiência a Educação Inclusiva. Sabe-se que em função do despreparo da comunidade escolar e principalmente dos professores, em atender as diversidades e aceitar as diferenças, a questão tem sido alvo de grandes preocupações da escola inclusiva que visa a construção da cidadania no desempenho escolar de todos os seus alunos.

Sabe-se que o professor que atua com alunos deficientes na classe regular tem muito que aprender para postular o real significado da diversidade.

Verifica-se que a luz do debate sobre inclusão, o papel ocupado pelo professor denota a real importância no desempenho escolar de todos seus alunos. Como possibilidade de transformação dessa realidade, aponta-se para a necessária superação de uma prática educacional tradicional onde o professor era visto como detentor do saber.

Na medida em que a sociedade avalia o avanço em relação à diversidade, a educação avança no aperfeiçoamento e formação dos profissionais da educação para atuarem no atendimento educacional especializado. A promoção na formação continuada do professor da educação especial se efetiva por meio de apoio do MEC com extensão a cursos específicos da área, os quais dão ênfase ao atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos no sistema regular de ensino.

Essa perspectiva da diversidade no âmbito educacional é vista como uma inovação da educação especial que se expande em todo o contexto educativo como tentativa para que uma educação de qualidade alcance a todos, sendo fundamentada nos princípios do respeito aos direitos humanos, valorizando as diferenças de cada um no processo educacional.

Sendo assim, a educação inclusiva envolve os professores num amplo processo de mudanças, com implantação de novas propostas, criando programas especiais para atender de forma inclusiva alunos com deficiência

Podemos destacar que nunca antes foi tão discutido o acesso e permanência em iguais condições de alunos deficientes em classes regulares, revertendo os velhos conceitos de normalidade e padrões de aprendizagem, afirmando novos valores nas escolas que contemplam a cidadania.

Percebe-se que neste aspecto educacional, essa política gera conflitos, provocando reflexões polêmicas a cerca das idéias e caminhos na busca de um novo paradigma de professores, na redefinição do currículo, do modelo pedagógico, do conteúdo e da metodologia.

Vale dizer, que tudo contribui para a formação dos professores, que atuam na educação inclusiva. É fundamental na vida profissional de cada docente que ocorra um processo contínuo alicerçado em cursos, artigos, projetos e tudo mais que produza conhecimento, experiência e princípios que ressignifiquem conceitos e práticas para atuar com alunos deficientes.

O Projeto Político Pedagógico precisa estar comprometido com a educação inclusiva embasado na modificação qualitativa visando à realização dinâmica do saber, levando o professor a uma contínua reciclagem investigativa na teoria e na prática. “Ao ressignificar sua prática pedagógica para a diversidade o professor estará comprometido com os princípios da Educação Inclusiva e de seu papel como profissional da educação (BURIGO, 2002, p.08)”.

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial oferece alternativas para a escola regular no aspecto em que o trabalho com o aluno incluído receba alternativas na troca de experiências entre os profissionais da educação oportunizando a descoberta de novos caminhos para a aprendizagem dos alunos.

Vendo os desafios acontecerem na atualidade e com a evolução da sociedade, é impossível permanecer reproduzindo modelos. Então devemos criar meios para a aprendizagem de todos os alunos de maneira coletiva, com o envolvimento e colaboração de toda a comunidade escolar.

Sabe-se da dificuldade que o professor enfrenta na escola regular no atendimento de alunos com dificuldades educacionais especiais devido ao despreparo do educador em relação à inclusão.

Em busca da construção de uma nova realidade, é necessária a procura de novas práticas pedagógicas, dentro de um currículo adequado, que valorize as

diferenças encontradas em sala de aula, de forma que se torne um ambiente que não classifique e nem discrimine.

Acredita-se que a formação de professor deve ser hoje um dos principais focos da inclusão. As políticas públicas ofertam, na área da Educação Especial, cursos para que os professores possam em sala de aula, desenvolver uma prática mais adequada que envolva os interesses dos alunos com necessidades especiais.

Os cursos de extensão ou aperfeiçoamento para a formação continuada de professores que atuam nas classes regulares buscam objetivamente a eliminação de barreiras no processo ensino-aprendizagem, participação e construção do conhecimento para concretização do saber.

Outros cursos são disponibilizados na área da Educação Especial para professores da educação básica, como cursos de extensão e aperfeiçoamento e especialização para a formação continuada de professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Em consonância com essas ações, o Ministério da Educação apresentou em 2008 o decreto nº 6.571 que dispõe sobre o AEE. Através desse documento o governo estrutura oficialmente o AEE, apresentando-o como “um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestando de forma complementar ou suplementar a formação dos alunos no ensino regular” e devendo integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Pelo Decreto fica estabelecido que o AEE deverá acontecer em salas de recursos multifuncionais. Nesses espaços os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação serão atendidos.

Nas referidas salas não serão trabalhados conteúdos específicos, mas sim habilidades necessárias para que o aluno, em sala de aula, possa construir conhecimentos nas disciplinas como orientação espacial e temporal e capacidade de classificação e seriação.

Com relação às salas de recursos multifuncionais é preciso considerar uma série de orientações determinadas como essenciais para que o aluno desenvolva sua capacidade de interação e participação da vida escolar.

É importante ressaltar que, em nosso município, apesar das leis, artigos e decretos continuamos ainda em base embrionária e as escolas, ditas inclusivas recebem alunos com necessidades educacionais especiais em todas as séries. Porém, esses alunos recebem um currículo que não está adaptado para atender suas necessidades, um professor despreparado e uma comunidade escolar preconceituosa.

Essas circunstâncias levam a repensar o que se entende por inclusão, no que ela realmente implica, que modalidade de trabalho exige, enfim, quais alternativas precisamos para a construção do ser humano em sua potencialidade e dimensão.

Muitas vezes se insere a política pública imposta de maneira ilegítima de pouca qualidade e fragmentada na sua essência, diante da exigência de uma prática íntegra embasada no respeito, na qualidade e nos valores éticos, causando assim, certa insatisfação por parte da maioria dos professores.

A Política de Educação Inclusiva proporciona à escola repensar sua estruturação enquanto instituição de ensino. Isto acarretará mudanças e uma nova organização do sistema educacional, visto que esse processo encontra-se em fase inicial diante da longa caminhada que a instituição escolar ainda tem que percorrer para se tornar verdadeiramente inclusiva.

O primeiro ponto a ser mencionado diz respeito à exacerbada preocupação em incluir, principalmente para reparar a atitude excludente que a própria escola tem com as mais diversas formas de diferenças. É preciso ter muito cuidado com as armadilhas que surgem junto com a proposta de educação inclusiva.

É sabido que a construção de uma escola inclusiva, assim como o desenvolvimento de um processo educativo, que abranja uma proposta de inclusão é uma responsabilidade que não depende apenas de formulação de política inclusiva. É muito mais, pois tem relação com todo um anseio da sociedade em querer desenvolver ações que atinjam a todos os segmentos sociais.

Outro aspecto que também merece destaque como pressuposto para prever o que se pode compreender como responsabilidade na formação do professor de educação inclusiva quanto sua competência é a clareza de quem são os sujeitos de sua ação, pois cada aluno demanda currículo e metodologia condizentes com suas necessidades.

Cabe por fim ressaltar que a formação do professor inclusivo na perspectiva atual tem como pressupostos um compromisso com uma formação inicial e continuada, bem como comprometimento no exercício da docência, assim como conhecimentos específicos da área. Somente dessa forma o professor de educação especial, tem então, competência para atuação em atendimento educacional especializado, interagindo interdisciplinarmente quando em atuação nas salas de ensino regular.

Portanto, pensar e propor a formação do professor inclusivo constituiu-se um grande desafio, porque é mais do que tudo apostar no profissional, que imbuído dos conhecimentos mínimos para atuar com os alunos com necessidades educacionais especiais buscará uma prática consciente e responsável, capaz de transformar o contexto educacional. E assim, influído em mudanças de idéias, de atitudes com as diferenças individuais e com o modo como cada um se constitui.

Não apenas os professores precisam estar capacitados para enfrentar esse novo desafio, mas principalmente, alunos, pais e comunidade precisam compreender como a convivência com alunos incluídos poderá enriquecer a formação humana de seus membros.

O momento atual apresenta muitas dúvidas e questionamentos, no entanto, concorda-se que, apesar de todas as mudanças que se mostram indispensáveis, a importância do papel do professor no processo de construção do conhecimento pelos alunos permanece inquestionável, apesar de ressignificada. Nesse contexto, faz-se cada vez mais imprescindível que esse sujeito desenvolva uma prática crítica atualizada e planejada. Como afirma Vasconcellos (2005, p. 13), “quando não há exercício crítico de planejamento, a tendência é: improviso, repetição/produção”.

Coloca-se, nesta dinâmica discursiva uma prática qualificada com conhecimentos teórico-práticos e também necessita da compreensão do professor quanto ao seu papel de agente de formação, com a necessidade de aprimoramento pessoal e profissional. Como se refere Vasconcellos (2005, p. 14):

O sentido do planejamento está em ajudar a sofrer menos [...] descobrir e ocupar o espaço de autonomia relativa; realizar mais, resgatar a potência, a alegria; qualificar o trabalho (a educação é importante demais para ser feita na base do improviso ou da mera repetição).

Diante dessas constatações é preciso compreender que a profissão docente na contemporaneidade exige um novo perfil, baseado em estudo, reflexão e desenvolvimento de competências práticas realmente significativas. Perrenoud (2001) destaca que uma condição para transformação escolar é a “profissionalização do profissional” da educação e para tanto, ele elenca três aspectos que precisam estar presentes: a responsabilidade, o investimento e a criatividade.

Todavia para alcançar êxito na referida formação coloca-se a consolidação e a interação dos saberes, a sensibilidade que emergem da prática profissional, bem como valorização da própria profissão, estabelecendo relações com o conhecimento e adaptando-se para oferecer serviços educativos de qualidade facilitando o processo de inclusão de alunos com deficiência.

É importante nesse momento, voltar à atenção a promoção da formação continuada de professores da educação básica, aos cursos específicos da área de educação especial, na ótica da educação inclusiva dando ênfase ao atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos nos sistemas educacionais. Para elevar a qualidade da educação na perspectiva da implantação da política da educação inclusiva, a formação de professores passa a ser um elemento central, sem, no entanto, a pretensão dos mesmos obter receitas prontas.

Quando o professor não tem acesso aos cursos oferecidos devido ao alto custo ou mesmo por vagas limitadas em cursos gratuitos, onde lhe é negado a formação inclusiva, isso lhe causa insatisfação deteriorando suas condições de trabalho e sua atuação como docente, obstruindo sua afirmação para educar na classe regular com alunos incluídos.

Por isso, faz-se necessário a preparação da comunidade escolar para o apoio do professor que possui a boa vontade e muitas vezes a teoria, mas para poder firmar seu momento e sua lida com a realidade precisa de profissionalização para então poder racionalizar e analisar a própria prática, revisando-a, fundamentando-a na construção do crescimento da unidade de ensino como um todo.

“A inclusão não é somente para os alunos com deficiência, mas para todos os alunos, educadores, pais e membros da comunidade” (FALVEY et al, 1995, p. 1.9).

Sob este prisma circunstancial e para que se possa alcançar o desígnio de formar professores para uma escola de qualidade o que se almeja é novos papéis e responsabilidades, visando promover uma modalidade na dinâmica de saberes e

firmada na diversidade de enfoques teóricos e legais, entendendo-o como imprescindível ao desenvolvimento dos sujeitos que apresentam necessidades especiais, como seres unificados, em suas formas de sentir, pensar e agir.

O tipo de formação de professores que a inclusão implica remete a alternativas de novas práticas pedagógicas oportunizadas pela troca de experiências, pela pesquisa, pela aprendizagem ativa em novos papéis e responsabilidades implicando estratégias na efetiva capacidade de responder às diversas dificuldades de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem, assegurando e promovendo uma educação de qualidade para todos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das leituras realizadas e reflexões sobre o tema considerou-se essencial ressaltar que a formação do professor de educação inclusiva na perspectiva atual tem como pressupostos um compromisso com uma formação inicial e continuada, bem como uma responsabilidade na sua competência e a clareza de quem serão os sujeitos de sua ação.

Objetivou-se buscar a compreensão das necessidades de uma política voltada para a formação de professores que atuam na educação inclusiva.

A formação docente para a inclusão contribui para o processo de melhoria da qualidade de ensino e da equidade na educação, por meio do desenvolvimento da escola inclusiva e da formação docente para a inclusão, com vistas a responder a diversidade educacional dos alunos, possibilitando a superação das barreiras à aprendizagem e a participação social.

A formação atual do professor não deve apenas restringir-se a uma simples atualização científica dos conteúdos formais de ensino, mas sim, criar espaços de participação e reflexão para que esse profissional aprenda a adaptar-se à nova realidade da inclusão. O professor deverá procurar parcerias, respeito mútuo, procedimentos pedagógicos variados e assumir com autonomia e competência o comando do seu trabalho da melhor forma possível.

Nesse sentido, concluí-se que há necessidade de um maior investimento no sistema educacional e na formação de professor para educação inclusiva. Pode-se dizer que os educadores precisam refletir sobre as questões de alunos inclusivos, para assim encontrar estratégias capazes de provocar uma mudança educacional onde haja respeito à diversidade e uma educação mais humanitária com oportunidades para todos.

5. REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96**. São Paulo: Editora do Brasil, 1996.

_____. **Direito à Educação**: Subsídios para a gestão dos sistemas educacionais. Orientações Gerais e Marcos Legais. MEC, 2004.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Brasília: 1988.

BUENO, J. G. S. **Educação Especial Brasileira**: integração/segregação do aluno diferente. V. 1. 2. ed. São Paulo: Editora da PUC/SP – EDUC, 2004.

BURIGO, Simone Aparecida Couto de Oliveira. **Educação Inclusiva**: uma questão de formação de educadores para a universidade. 2002.

CARVALHO, R. E. **Temas em educação especial**. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

ERCOLIN, Eliza Helena. **Como anda a inclusão?** 2003. Disponível em <[HTTP://WWW.psicopedagogia.com.br/entrevistas/print](http://www.psicopedagogia.com.br/entrevistas/print)>. Acesso em 10/maio/10.

FRIZZO, Marisa Nunes. **Política pública e a formação do professor**. UNIJUI, 2003.

MAGALHÃES. R. C. B. (Org.). **Reflexões sobre a diferença**: uma introdução à educação especial. Fortaleza: Ed. UECE, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MERCADO, Luís Paulo Leopoldo. **Formação continuada de professores e novas tecnologias**. Maceió, 1999.

LEAL, Alzira Elaine Melo; SOUZA, Carlos Eduardo Gerzson de. **Construindo o conhecimento pela pesquisa**: orientação básica para elaboração de trabalhos científicos. Santa Maria: Sociedade Vicente Palloti, 2006.

PERRENOUD, Phillip. **A Pedagogia na escola das diferenças**: fragmentos de uma sociologia de fracasso. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SÁ-CHAVES, Idália. Informação, formação, novos ou velhos paradigmas. In. Alarcão, Isabel (Org.). **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ZAMBONI. S. **A pesquisa em arte**: um paralelo entre arte e ciência. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.